



CÓD: SL-1240T-21
7908433212935

CAMPINA GRANDE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
ESTADO DA PARAÍBA**

Psicólogo Educacional

EDITAL Nº 001, DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos literários e/ou informativos	01
2. Recursos estilísticos (ou figuras de linguagem)	13
3. Coesão e coerência	16
4. Ortografia. Grafia de palavras	16
5. Uso dos acentos gráficos	17
6. Uso do sinal indicativo de crase	17
7. Morfologia: classes gramaticais e processos de flexão das palavras	18
8. Sintaxe de concordância e regência	24
9. Uso dos sinais de pontuação	25
10. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia; polissemia (denotação e conotação)	27

Estatuto do Servidor

1. Lei Municipal 2.378 de 07 de janeiro de 1992	01
---	----

Conhecimentos Específicos Psicólogo Educacional

1. Desenvolvimento da psicologia escolar no Brasil: origens, atualidades e perspectivas	01
2. Psicólogo escolar: competências e habilidades para o trabalho na escola e na comunidade numa perspectiva intra e interdisciplinar	04
3. Políticas públicas em educação e a psicologia escolar	06
4. Psicologia educacional: conceituação e caracterização da psicologia educacional	10
5. Psicomotricidade	11
6. Desenvolvimento humano: teoria psicanalista, teoria sociointeracionista, teoria psicogenética e teoria do construtivismo. Relação	
7. família e escola; desenvolvimento físico, psicológico cognitivo e social da infância à adolescência	14
8. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva	22
9. Atuação preventiva em questões de sexualidade, discriminação, violência e drogas	27
10. Educação inclusiva: marcos legais nacionais	41
11. Projeto político pedagógico	49
12. Lei de diretrizes e bases da educação brasileira (lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)	52
13. Estatuto da criança e do adolescente – eca (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)	66
14. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e lei nº 11.645, de 10 de março de 2008	102
15. Base nacional comum curricular – BNCC	103
16. Lei nº 14.113/2020 (fundeb)	141
17. Plano nacional de educação – pne, lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014	153
18. Constituição federal de 5 de outubro de 1988 (arts. 205 a 214)	167

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS LITERÁRIOS E/OU INFORMATIVOS

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A **compreensão** é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A **interpretação** é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz. Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• **Linguagem Verbal** é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• **Linguagem não-verbal** é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.



• **Linguagem Mista (ou híbrida)** é aquele que utiliza tanto as palavras quanto as imagens. Ou seja, é a junção da linguagem verbal com a não-verbal.



PROIBIDO FUMAR

Além de saber desses conceitos, é importante sabermos identificar quando um texto é baseado em outro. O nome que damos a este processo é intertextualidade.

Interpretação de Texto

Interpretar um texto quer dizer dar sentido, inferir, chegar a uma conclusão do que se lê. A interpretação é muito ligada ao subentendido. Sendo assim, ela trabalha com o que se pode deduzir de um texto.

A interpretação implica a mobilização dos conhecimentos prévios que cada pessoa possui antes da leitura de um determinado texto, pressupõe que a aquisição do novo conteúdo lido estabeleça uma relação com a informação já possuída, o que leva ao crescimento do conhecimento do leitor, e espera que haja uma apreciação pessoal e crítica sobre a análise do novo conteúdo lido, afetando de alguma forma o leitor.

Sendo assim, podemos dizer que existem diferentes tipos de leitura: uma leitura prévia, uma leitura seletiva, uma leitura analítica e, por fim, uma leitura interpretativa.

É muito importante que você:

- Assista os mais diferenciados jornais sobre a sua cidade, estado, país e mundo;
- Se possível, procure por jornais escritos para saber de notícias (e também da estrutura das palavras para dar opiniões);
- Leia livros sobre diversos temas para sugar informações ortográficas, gramaticais e interpretativas;
- Procure estar sempre informado sobre os assuntos mais polêmicos;
- Procure debater ou conversar com diversas pessoas sobre qualquer tema para presenciar opiniões diversas das suas.

Dicas para interpretar um texto:

– Leia lentamente o texto todo.

No primeiro contato com o texto, o mais importante é tentar compreender o sentido global do texto e identificar o seu objetivo.

– Releia o texto quantas vezes forem necessárias.

Assim, será mais fácil identificar as ideias principais de cada parágrafo e compreender o desenvolvimento do texto.

– Sublinhe as ideias mais importantes.

Sublinhar apenas quando já se tiver uma boa noção da ideia principal e das ideias secundárias do texto.

– Separe fatos de opiniões.

O leitor precisa separar o que é um fato (verdadeiro, objetivo e comprovável) do que é uma opinião (pessoal, tendenciosa e mutável).

– Retorne ao texto sempre que necessário.

Além disso, é importante entender com cuidado e atenção os enunciados das questões.

– Reescreva o conteúdo lido.

Para uma melhor compreensão, podem ser feitos resumos, tópicos ou esquemas.

Além dessas dicas importantes, você também pode grifar palavras novas, e procurar seu significado para aumentar seu vocabulário, fazer atividades como caça-palavras, ou cruzadinhas são uma distração, mas também um aprendizado.

Não se esqueça, além da prática da leitura aprimorar a compreensão do texto e ajudar a aprovação, ela também estimula nossa imaginação, distrai, relaxa, informa, educa, atualiza, melhora nosso foco, cria perspectivas, nos torna reflexivos, pensantes, além de melhorar nossa habilidade de fala, de escrita e de memória.

Um texto para ser compreendido deve apresentar ideias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela ideia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto.

O primeiro objetivo de uma interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias, ou fundamentações, as argumentações, ou explicações, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Compreendido tudo isso, interpretar significa extrair um significado. Ou seja, a ideia está lá, às vezes escondida, e por isso o candidato só precisa entendê-la – e não a complementar com algum valor individual. Portanto, apegue-se tão somente ao texto, e nunca extrapole a visão dele.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:





Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico;

há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais**

LEI MUNICIPAL 2.378 DE 07 DE JANEIRO DE 1992

LEI Nº 2.378 DE 07 DE JANEIRO 1992.

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte,
L E I

**TÍTULO I
CAPÍTULO ÚNICO
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Lei institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campina Grande, bem como de suas autarquias e das fundações públicas municipais.

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público da Administração direta, autárquica ou fundacional do município.

Art. 3º - Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo Único - Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

**TÍTULO II
DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO
REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO
CAPÍTULO I
DO PROVIMENTO
SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º - São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§ 1º - As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas 10%(dez por cento) das vagas oferecidas no concurso, conforme legislação específica.

Art. 6º - O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7º - A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8º - São formas de provimento de cargo público:

- I - nomeação;
- II - promoção;
- III - ascensão;
- IV - transferência;
- V - readaptação;

- VI - reversão;
- VII - aproveitamento;
- VIII - reintegração;
- IX - recondução.

**SEÇÃO II
DA NOMEAÇÃO**

Art. 9º - A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, para cargo de confiança, de livre exoneração.

Art. 10 - A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo Único - Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, ascensão e acesso, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na administração pública municipal e seus regulamentos.

**SEÇÃO III
DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 11 - O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira.

Art. 12 - O concurso público terá validade de até 02(dois)anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1º - O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no Município.

§ 2º - Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

**SEÇÃO IV
DA POSSE E DO EXERCÍCIO**

Art. 13 - A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1º - A posse ocorrerá no prazo de 30(trinta)dias contados da publicação do ato do provimento, prorrogável por mais 30(trinta) dias, a requerimento do interessado.

§ 2º - Em se tratando de servidor em licença, ou afastado por qualquer motivo legal, o prazo será contado do término do impedimento.

§ 3º - Dar-se-á posse também mediante procuração específica, com firma reconhecida por notário público.

§ 4º - Só haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

§ 5º - No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

Art. 14 - A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo Único - Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições de cargo.

§ 1º - O prazo para o servidor entrar em exercício será de 30(trinta)dias, contado da data da posse.

§ 2º - Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º - A autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe exercício.

Art. 16 - O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - Ao entrar em exercício o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17 - A promoção ou a ascensão não interrompem o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data da publicação do ato que promover ou ascender o servidor.

Art. 18 - O servidor transferido, removido, redistribuído, requisitado ou cedido, que deva ter exercício em outra localidade, terá 30(trinta) dias de prazo para entrar em exercício, incluído nesse prazo o tempo necessário ao deslocamento para a nova sede.

Parágrafo Único - Na hipótese de o servidor encontrar-se afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do afastamento.

Art. 19 - O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 30 (trinta) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.

§ 1º - Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, os ocupantes de cargos em comissão e os servidores que tenham incorporado como remuneração permanente, gratificação pelo exercício de cargo de provimento em comissão CC1, CC2, CC3 e CC4 ficam sujeitos a 08 (oito) horas diárias de expediente, em dois turnos.

§ 2º - O Município regulamentará um regime complementar de tempo integral T-40, a ser atribuído quando da necessidade imperiosa das atividades de cada setor.

Art. 20 - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I - assiduidade;
- II - disciplina;
- III - capacidade de iniciativa;
- IV - produtividade;
- V - responsabilidade.

§ 1º - Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento do sistema de carreira, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V deste artigo.

§ 2º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

SEÇÃO V DA ESTABILIDADE

Art. 21 - O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício.

Art. 22 - O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurado ampla defesa.

SEÇÃO VI DA TRANSFERÊNCIA

Art. 23 - Transferência é a passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.

§ 1º - A transferência ocorrerá de ofício ou a pedido do servidor, atendido o interesse do serviço, mediante o preenchimento de vaga.

§ 2º - Será admitida a transferência de servidor ocupante de cargo de quadro em extinção para igual situação em quadro de outro órgão ou entidade.

SEÇÃO VII DA READAPTAÇÃO

Art. 24 - Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1º - Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2º - A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida.

SEÇÃO VIII DA REVERSÃO

Art. 25 - Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.

Art. 26 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

Art. 27 - Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.

SEÇÃO IX DA REINTEGRAÇÃO

Art. 28 - a reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1º - Na hipótese de o cargo ter sido extinto o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos artigos 30 e 31.

§ 2º - Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

SEÇÃO X DA RECONDUÇÃO

Art. 29 - Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

- I - inabilidade em estágio probatório relativo a outro cargo;
- II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo Único - Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observando-se o disposto no art. 30.

**SEÇÃO XI
DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO**

Art. 30 - O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31 - O órgão Central do Sistema de Pessoal determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier ocorrer nos órgãos ou entidades da administração pública municipal.

Art. 32 - Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

Art. 33 - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral.

**CAPÍTULO II
DA VACÂNCIA**

Art. 34 - A vacância do cargo público decorrerá de:

- I - exoneração;
- II - demissão;
- III - promoção;
- IV - ascensão;
- V - transferência;
- VI - readaptação;
- VII - aposentadoria;
- VIII - posse em outro cargo inacumulável;
- IX - falecimento.

Art. 35 - A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo Único - A exoneração de ofício dar-se-á:

- I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido

Art. 36 - A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I - a juízo da autoridade competente;
- II - a pedido do próprio servidor.

Parágrafo Único - O afastamento do servidor de função de direção, chefia e assessoramento dar-se-á:

- I - a pedido;
- II - mediante dispensa nos casos de:

- a) promoção;
- b) cumprimento de prazo exigido para rotatividade da função;
- c) por falta de exaço no exercício de suas atribuições, segundo o resultado do processo de avaliação, conforme estabelecido em lei e regulamento;
- d) afastamento de que trata o art. 100.

**CAPÍTULO III
DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO
SEÇÃO I
DA REMOÇÃO**

Art. 37 - Remoção é o deslocamento do servidor a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo Único - Dar-se-á a remoção, a pedido, para outra localidade, independentemente de vaga, para acompanhar cônjuge ou companheiro, ou por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente, condicionada à comprovação por junta médica.

**SEÇÃO II
DA REDISTRIBUIÇÃO**

Art. 38 - Redistribuição é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, observado sempre o interesse da administração.

§ 1º - A redistribuição dar-se-á exclusivamente para ajustamento de quadros de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive, nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgãos ou entidades.

§ 2º - Nos casos de extinção de órgãos ou entidade, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos, na forma deste artigo, serão colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma do art. 30.

**CAPÍTULO IV
DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 39 - Os servidores investidos em função de direção ou chefia e os ocupantes de cargos em comissão serão substituídos nos afastamentos ou impedimentos regulares, previamente designados pela autoridade competente.

Parágrafo Único - O substituto fará jus à gratificação pelo exercício da função de direção ou chefia, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, observando-se quanto aos cargos em comissão o disposto no art. 64.

Art. 40 - O disposto no artigo anterior não se aplica a servidores ocupantes de cargo de Assessor, considerando que, na hipótese não ocorrerá substituição por afastamento do seu titular.

**TÍTULO III
DOS DIREITOS E VANTAGENS
CAPÍTULO I
DOS VENCIMENTOS E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 41 - Vencimento é a retribuição mensal pelo exercício de cargo público com valor fixado em lei, e serão obedecidos os pisos salariais assegurados em lei.

Parágrafo Único - REVOGADO

Art. 42 - Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1º - A remuneração do servidor investido em função ou cargo de confiança será paga na forma prevista no art. 64.

§ 2º - servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação, receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 99.

§ 3º - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens em caráter permanente, é irredutível.

§ 4º - É assegurada aos servidores da administração pública direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local do trabalho.

Art. 43 - Todos os direitos e vantagens consignados na Lei Orgânica Municipal ficam incorporados ao presente Estatuto, observada a duplicidade de direitos.

Art. 44 - Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior, em espécie e a qualquer título, à percebida pelo Secretário do Município.

DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL: ORIGENS, ATUALIDADES E PERSPECTIVAS

A Psicologia Escolar é uma área da Psicologia Aplicada que tem suscitado inúmeras reflexões acerca da identidade dos profissionais que nela atuam, sobretudo a necessidade de redefinição do papel do psicólogo na escola e de reestruturação de sua formação acadêmica (Almeida, 1999; Jobim e Souza, 1996; Del Prette, 1999; Gomes, 1999).

O surgimento da área esteve ligado à psicometria, em especial à aplicação de testes psicológicos, com o predomínio de um modelo clínico de atuação do psicólogo escolar voltado para o diagnóstico e “cura” dos problemas de aprendizagem apresentados pelos alunos, cuja ênfase situava-se nos fatores subjacentes ao indivíduo em detrimento das causas ligadas aos fatores institucionais, sociais e pedagógicos (Almeida, 1999).

A literatura que tem sido publicada na área escolar tem ressaltado a importância de se refletir sobre os aspectos relacionados à especificidade da atuação do psicólogo escolar devido ao fato de existir uma superposição de papéis e funções dos profissionais que atuam no contexto educacional, em que vários deles reivindicam para si o mesmo espaço profissional (Jobim & Souza, 1996; Gomes, 1994). Segundo Jobim e Souza (1996), há uma miscigenação de papéis entre o psicólogo, o pedagogo e o psicólogo escolar e a atuação do psicólogo deve ser realizada de maneira crítica e contextualizada.

Gomes (1994) pesquisou sobre a atuação do psicólogo escolar no Brasil e afirmou que não foi possível traçar um perfil deste profissional de acordo com as diversas escolas teóricas e que existe uma distância entre o papel atribuído ao psicólogo no campo teórico e as demandas que se espera que este atenda no cotidiano da escola. A autora aponta, também, a necessidade de contextualizar a ação do psicólogo à realidade educacional e social brasileira.

Pesquisas indicam que o psicólogo escolar desconhece as possibilidades de qualificação na sua área (Araújo, 1985; Carvalho, 1984; Mello, 1975). Para Araújo (1991), a qualidade da informação recebida na graduação é primordial para que a futura ação do profissional de Psicologia atenda às demandas sociais e destaca que é preciso que as Instituições de Ensino Superior, responsáveis pela formação deste profissional, priorizem e direcionem seu trabalho no sentido de produzir conhecimento e de instrumentalizar seus graduandos visando à apropriação de competências e habilidades técnicas e pessoais. A necessidade de definir a atuação do psicólogo no contexto da escola e a dificuldade em delinear um perfil de atuação profissional, bem como de articular a prática à teoria são questões discutidas por vários pesquisadores da área de Psicologia Escolar (Jobim & Souza, 1996; Batista, 1994; Gomes, 1994; Witter, 1994). A ausência de vínculo entre teoria e prática tem sido relacionada, comumente, às deficiências na formação do profissional, que não possui uma formação consistente (Jobim & Souza, 1996; Leite, 1991; Novaes, 1991). Witter (1998) propõe a introdução do ensino de pesquisa no contexto da graduação universitária como requisito essencial à formação do psicólogo escolar.

Segundo Almeida (1991), não há consenso sobre a formação do psicólogo escolar devido à diversidade de currículos e de modelos teórico-práticos nos cursos de Psicologia. Witter, Guzzo e Oliveira (1991) pesquisaram sobre a formação em psicologia escolar por meio de questionários enviados às Instituições de Ensino Superior em Psicologia, visando levantar o conjunto de disciplinas consideradas específicas para a formação na área escolar. Esses autores relataram que o conjunto de disciplinas apontadas como específicas para a formação do psicólogo escolar foi amplo e houve pouca con-

cordância entre as Instituições, tanto particulares quanto públicas, neste aspecto. Além disso, encontraram uma diversidade maior no que se refere às disciplinas apontadas como de domínio conexo. Segundo os autores, o perfil do formando em Psicologia Escolar demanda uma melhor definição e necessita de pesquisas que o avaliem de modo mais consistente.

Andaló (1984) afirma que existem duas áreas na psicologia que tratam de crianças com queixa escolar: a psicologia clínica e a escolar. A pesquisadora afirma que a queixa escolar é vista de forma conservadora pelos profissionais da Psicologia, os quais costumam situar a origem dos problemas na própria criança. Pesquisa realizada por Almeida, Rabelo, Cabral, Moura, Barreto e Barbosa (1995), sobre as concepções e práticas dos psicólogos escolares do Distrito Federal acerca das dificuldades de aprendizagem, indica que 56,43% dos psicólogos da amostra focalizam no aluno as causas atribuídas às dificuldades no aprendizado e 16,83% à família. Não é sem razão que Escudero, Martinez, Savaya, Durante e Campos (1996) mencionam que a opinião de professores sobre o psicólogo escolar é a de que este deve auxiliar na resolução de problemas escolares e na elaboração do processo educacional. Além disso, citam que a visão que se tem do psicólogo escolar é a de um solucionador de problemas e, ainda, acrescentam que os professores apresentam restrições quanto à atuação do psicólogo, na escola.

Gomes e Gomes (1998), ao discutirem sobre a atuação do psicólogo escolar, no Brasil, tanto no que se refere aos dados da literatura acerca da atuação profissional quanto à percepção que a equipe de profissionais da educação tem sobre o psicólogo, concluem que as equipes escolares esperam do psicólogo escolar ações imediatistas e, por outro lado, que o próprio psicólogo não é instrumentado teoricamente para trabalhar de maneira satisfatória, rompendo com as formas conservadoras de atuação.

Dentre as funções do psicólogo escolar destacadas por Del Prette (1999) e Gomes (1999) estão a assessoria na elaboração, implementação e avaliação de projetos pedagógicos coerentes com os vários segmentos da escola; a avaliação dos alunos em consonância com este projeto pedagógico; a análise e a intervenção relacionadas às interações em sala de aula, visando melhor aproveitamento das oportunidades educativas; o desenvolvimento de programas junto aos pais, com orientação sobre promoção de condições de aprendizagem; o diagnóstico e encaminhamento de problemas relativos a queixas escolares, entre outras.

Além dessas funções, alguns pesquisadores (Andaló, 1991; Leite, 1991; Taverna, 1991) da área escolar afirmam que o psicólogo que atua na educação deve possibilitar ao professor acesso ao conhecimento psicológico relevante para sua tarefa de transmissão e construção do conhecimento. Para Andaló (1991) e Almeida (1999), o papel do psicólogo escolar implicaria em lidar com a subjetividade e as relações interpessoais no âmbito da escola e em proporcionar aos docentes e demais profissionais da Educação uma reflexão sobre sua prática educativa.

De acordo com Bentes (1996) e Jobim e Souza (1996) ainda não há uma atuação interdisciplinar na escola. Araújo, Almeida, Queiroga, Parro e Cunha (1996) apontam a necessidade de se avançar da multidisciplinaridade para a interdisciplinaridade, pois a complexidade do fenômeno da aprendizagem humana exige o diálogo e a ação de vários ramos da ciência agindo em comum e não apenas a junção, muitas vezes artificial, de várias disciplinas ou especialidades (Almeida, 1992).

A revisão da literatura que tem sido publicada na área de Psicologia Escolar, nesta década, permite conhecer quais os temas considerados relevantes para os pesquisadores e profissionais atuantes na área, em especial aqueles que são foco de debates nos congres-

tos nacionais de Psicologia Escolar, bem como avaliar as discussões e os encaminhamentos dados às indagações e problemas levantados.

Pode-se afirmar que até o presente momento o psicólogo escolar ainda não consolidou seu espaço de atuação profissional, existindo ainda a necessidade de redefinição do seu papel nas instituições escolares visando, sobretudo, o exercício de uma prática psicológica integrada com a realidade brasileira, em uma perspectiva mais preventiva e interdisciplinar (Almeida, 1999; Araújo e cols., 1996). No contexto das questões aqui apresentadas, o presente estudo foi realizado com o objetivo de caracterizar a evolução das discussões acerca da formação e da atuação em Psicologia Escolar, a partir da análise dos Anais dos quatro Congressos Nacionais realizados nesta área.

Método

O presente estudo se propôs a caracterizar a evolução das discussões sobre a formação e a atuação em Psicologia Escolar, por meio da análise dos trabalhos publicados nos Anais dos quatro Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional, promovidos pela ABRAPPE, entre 1991 e 1998, configurando-se numa pesquisa documental.

A relevância de se proceder a um estudo sobre a formação e a atuação em Psicologia Escolar decorre do fato de que esta é uma das áreas de atuação profissional no campo da Psicologia que tem suscitado inúmeros debates acerca da identidade dos profissionais que nela atuam, indicando a necessidade de uma re-significação do papel e da atuação do psicólogo, na escola.

Estudar o tema da formação e atuação em Psicologia Escolar, por meio da leitura dos trabalhos publicados nos Anais dos quatro Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional, pressupõe o reconhecimento de que essa literatura permite apreender os temas considerados relevantes para os pesquisadores da área, especialmente aqueles que participam dos congressos e que, dessa forma, estão contribuindo para a sistematização teórico-metodológica da Psicologia Escolar.

O estudo foi organizado em duas partes. O objetivo da primeira foi caracterizar as modalidades de comunicações que se referiam aos temas de formação e atuação em Psicologia Escolar. O objetivo da segunda parte foi analisar o conteúdo das comunicações selecionadas, apontando a evolução qualitativa das mesmas, suas implicações práticas, bem como a efetiva sistematização teórica da área, verificando sua contribuição efetiva no embasamento da prática psicológica no contexto escolar.

Material

Foram analisados os quatro Anais dos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional, promovidos pela ABRAPPE, entre 1991 e 1998.

Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar

O congresso foi realizado em 1991, na cidade de Valinhos - SP, e a publicação dos anais data de 1992. O tema do congresso foi "O psicólogo escolar: identidade e perspectivas". Os anais foram publicados em volume único e seus trabalhos estão apresentados sob a forma de Conferências, Mini-Conferências, Sessões Abertas, Sessões Integradas, Mesas Redondas e Sessões.

Anais do II Congresso Nacional de Psicologia Escolar e XVII International School Psychology Colloquium

O congresso foi realizado em 1994, na cidade de Campinas - SP, e os anais foram publicados em 2 (dois) volumes. A publicação do 1º volume data de 1994 e a do 2º volume, de 1995. O tema do congresso foi "O desafio da Psicologia Escolar: o futuro da criança na escola, família e sociedade" e seus trabalhos estão apresentados sob a forma de Conferências Principais, Mesas Redondas, Simpósios, Sessões Abertas, Workshops e Cursos.

Anais do III Congresso Nacional de Psicologia Escolar

O congresso foi realizado em 1996, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e a publicação dos anais data do mesmo ano. O tema do congresso foi "Prevenção e Saúde Mental na Educação". Os anais foram publicados em volume único e seus trabalhos estão apresentados sob a forma de Conferências, Mesas Redondas, Workshops, Cursos, Sessões de Posters, Sessões Integradas e Comunicações.

Anais do IV Congresso Nacional de Psicologia Escolar

O congresso foi realizado em 1998, na cidade de João Pessoa - PB, e a publicação dos anais data do mesmo ano. O tema do congresso foi "Psicologia na Educação: construindo o amanhã". Os anais foram publicados em volume único e seus trabalhos estão apresentados sob a forma de Conferências, Mesas Redondas, Simpósios, Workshops, Audiovisual, Posters e Temas Livres.

Amostra

A amostra foi composta de todas as comunicações publicadas nos quatro Anais dos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional, cujos temas referiam-se à formação e/ou à atuação em Psicologia Escolar. Foram considerados os trabalhos publicados sob forma de conferências, simpósios, mesas redondas, painéis e sessões de comunicações. Nas mesas redondas e nos simpósios, cada um dos expositores teve o seu trabalho contado.

Na composição da amostra relativa à Formação em Psicologia Escolar foram selecionados os trabalhos que efetivamente discutiam a formação acadêmica nessa área, na Atuação em Psicologia Escolar foram selecionados os trabalhos que referiam-se a alguma modalidade de atuação na área de Psicologia Escolar. Considerou-se o conteúdo do trabalho propriamente dito e não apenas o fato do mesmo estar inserido em uma sessão de atuação e/ou formação profissional.

Da leitura dos quatro Anais dos Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional foi selecionada, para este estudo, uma amostra de 102 resumos.

Procedimentos

Inicialmente todos os resumos publicados nos Anais dos quatro Congressos Nacionais de Psicologia Escolar e Educacional foram lidos e aqueles que se referiam especificamente à formação e à atuação do psicólogo escolar foram selecionados. A leitura foi realizada por duas das autoras da pesquisa e a seleção do resumo era feita quando havia concordância entre as duas. Foram, então, selecionados 102 resumos.

Os resumos que compuseram a amostra foram submetidos à análise de conteúdo com a finalidade de especificar e caracterizar a natureza do seu conteúdo e favorecer a análise da evolução das discussões e das práticas relacionadas à temática da formação e atuação em Psicologia Escolar. Para Bardin (1991), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que parte de uma descrição objetiva e sistemática do conteúdo das comunicações, tendo uma organiza-

ção própria no procedimento da análise, que permite “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção destas mensagens” (p. 42).

A categorização por temas pode ser definida como uma regra de recorte do sentido e não da forma e, neste estudo, procurou-se nos resumos selecionados unidades de significação geral compondo categorias temáticas genéricas. Ocorreu, no entanto, que alguns trabalhos abordavam mais de um tema. Foram, então, contadas as frequências dos temas e não dos trabalhos.

Os resumos selecionados foram classificados em 3 categorias, de acordo com a natureza do trabalho realizado e, estas, em subcategorias temáticas, conforme o conteúdo apresentado.

Resultados e Discussões

Caracterização das modalidades de comunicações

Os resumos foram classificados em 3 categorias, de acordo com a natureza das publicações:

relatos de pesquisa: quando se referiam a resultados e discussões de dados oriundos de investigações científicas.

relatos de experiência: quando pesquisadores, profissionais, supervisores e/ou alunos relatavam procedimentos relativos às práticas profissionais e/ou estágios supervisionados na área de Psicologia Escolar.

reflexões teóricas: quando os relatos abordavam discussões teóricas acerca do campo de atuação, das modalidades de intervenção, da delimitação de papéis e das funções do psicólogo, na escola.

No primeiro e no segundo Congressos, os trabalhos categorizados como reflexões teóricas foram os mais frequentes e, no terceiro e quarto, houve um maior número de relatos de experiência. Nos dois últimos Congressos, o número de relatos de pesquisa foi o quádruplo (20) dos dois primeiros (5). Os dados apontam a predominância, nos resumos de comunicações, mesas e simpósios, de trabalhos focalizando reflexões teóricas e relatos de experiência, em detrimento de relatos de pesquisa, embora essa modalidade tenha crescido, significativamente, nos dois últimos congressos.

Análise de Conteúdo das Comunicações Selecionadas

As subcategorias temáticas serão apresentadas por modalidades de comunicação e separadas no que se refere à formação e à atuação.

Reflexões Teóricas

As reflexões teóricas referentes à formação, concentraram-se em questões acadêmico-institucionais da área de Psicologia Escolar, destacam-se, prioritariamente, os trabalhos relativos à formação, considerada inadequada, e à desarticulação teoria/prática.

Relatos de Experiência

A categoria relatos de experiência referentes à formação concentrou os trabalhos sobre os estágios curriculares de graduação na área de psicologia escolar. Os dados apontam que 23,52% desses estágios efetivaram-se sob a forma de atuação institucional preventiva, tendo também ocorridos 11,76% de estágios planejados e executados após observação das condições e necessidades da instituição. No entanto, os estágios ocorridos em resposta às demandas específicas da escola, acrescidos de estágios com objetivos e atividades pontuais (subcategoria Outros), corroboram os dados discutidos em várias pesquisas que apontam a grande diversidade presente na formação prático-metodológica na área, sobretudo no âmbito dos estágios profissionalizantes. Observa-se, no entanto,

que os relatos de estágios centrados no atendimento ao aluno, contrariamente ao que vem sendo apontado nos relatos teóricos e de experiências, são relativamente pouco significativos.

Relatos de Pesquisa

As pesquisas na área de Psicologia Escolar, com foco nos currículos de graduação, tendem a avaliá-los como deficitários e pouco adequados à formação do psicólogo escolar e, no que se refere aos estágios, percebe-se uma tendência voltada para a prevenção e a valorização da experiência de estágio como fundamental para o exercício profissional.

Os temas de pesquisa sobre a atuação profissional concentraram-se nas dificuldades e falta de competência dos psicólogos escolares para o exercício profissional.

A análise dos dados referentes às subcategorias temáticas reflexões teóricas, relatos de experiência e relatos de pesquisa permite tecer algumas considerações sobre a articulação entre formação acadêmica, atuação profissional e produção científica na área de Psicologia Escolar.

Referindo-se à formação, 60,86% das reflexões teóricas discutem a necessidade de reformulação dos currículos de graduação e a necessidade de articulação entre teoria e prática. Quando se reportam à atuação, 46% dos relatos fazem referência a uma prática profissional desvinculada do contexto sócio-educacional brasileiro. Esses dados, quando comparados aos encontrados na categoria relatos de experiência que, no âmbito da formação acadêmica, tratou dos estágios na área de Psicologia Escolar, parecem apontar para algumas contradições. As subcategorias dos relatos de experiência mostram que 35,28% dos estágios em Psicologia Escolar foram efetivamente realizados tendo como orientação modelos de intervenção institucionais-preventivos, sendo que apenas 11,76% desenvolveram-se tendo como referência modelos de atuação focalizados no atendimento ao aluno. Por outro lado, a ocorrência significativa de uma gama variada de relatos de experiência (17,64% de estágios que respondem às demandas institucionais e 35,29% na subcategoria outros) parece indicar uma grande dispersão nas modalidades de atuação na área de Psicologia Escolar. Tendências aparentemente divergentes aparecem, também, quando comparados os dados obtidos nas reflexões teóricas com os dados obtidos nos relatos de experiência. Na subcategoria relatos de experiência, quando esta se refere à atuação profissional, 58,33% das experiências relatadas dizem respeito ao trabalho do psicólogo junto aos professores, à comunidade escolar e à atuação conjunta professor-aluno. A análise desses dados permite inferir que as reflexões teóricas não estão acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo, embora lentamente, nas práticas dos psicólogos, no cotidiano das escolas, pois os relatos das experiências, tanto no âmbito da formação acadêmica quanto no da atuação profissional, indicam tendências opostas às encontradas nas elaborações e discussões teóricas.

Ao compararmos as subcategorias relatos de experiência com as subcategorias relatos de pesquisa os dados também não caminham na mesma direção. As pesquisas sobre a atuação profissional, de modo significativo, avaliam os currículos como deficitários e inadequados e ressaltam a importância dos estágios curriculares para o exercício da profissão. No entanto, os estágios, segundo os dados coletados, já estão se orientando para modalidades de atuação mais consoantes com as necessidades e demandas que refletem a realidade sócio-escolar brasileira, o que nos permite formular uma hipótese provisória, a ser futuramente investigada: os estudos e pesquisas sobre a atuação profissional não estão refletindo as transformações mais recentes ocorridas em muitos cursos de graduação em psicologia, tais como reformas curriculares, que se originam de